

- XLV -

O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA

Levy Lisboa Neto
levylisboaneto@hotmail.com

Introdução

O Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) foi criado em 2015, potencializado por um contexto desafiador, inerente as condições socioeconômicas do local de sua implantação, cujos índices referentes ao analfabetismo da população são maiores do que os outros estados da federação, o que implica na necessidade de se suplantar um cenário de insatisfação perante o exercício de direitos básicos, neste caso, referentes aos potenciais candidatos a estudantes. Para além de direitos básicos como acesso e permanência dos estudantes na escola, o modelo, nasceu, em princípio, imbuído em atingir e tentar resolver, mesmo parcialmente, déficits históricos da problemática da democratização do ensino e aprendizagem no Estado do Maranhão. Não obstante, trata-se, em um primeiro momento, de suprir uma dívida histórica do Estado para com sua gente, por meio de uma instituição social voltada, *à priori*, para a transformação ou mudanças que possam contribuir efetivamente para a consolidação da democracia e emancipação humana.

Desenvolvimento

Para termos mais clareza e amplitude das questões em tela, apontamos alguns dados preliminares que chamam atenção da problematização proposta: Em 2016, cerca de 66,3 milhões de pessoas de 25 anos ou mais de idade (ou 51% da população adulta) tinham concluído apenas o ensino fundamental. Além disso, menos de 20 milhões (ou 15,3% dessa população) haviam concluído o ensino superior. A desigualdade na instrução da população tem caráter regional: no Nordeste, 52,6% sequer haviam concluído o ensino fundamental. No Sudeste, 51,1% tinham pelo menos o ensino médio completo. Ainda entre a população com 25 anos ou mais, no Brasil, apenas 8,8% de pretos ou pardos tinham nível superior, enquanto para os brancos esse percentual era de 22,2%. O nível superior completo era mais frequente entre as mulheres (16,9%) do que entre os homens (13,5%). A taxa de analfabetismo no país foi de 7,2%

em 2016 (o que correspondia a 11,8 milhões de analfabetos), variando de 14,8% no Nordeste a 3,6% no Sul. Para pessoas pretas ou pardas, essa taxa (9,9%) era mais que duas vezes a das brancas (4,2%).

Os entraves são mais rígidos para os mais pobres, a estabilidade das equipes docentes é menor nos bairros difíceis, a expectativa dos professores é menos favorável às famílias desfavorecidas, que se mostram mais ausentes e menos informadas nas reuniões de orientação... Quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maior sua probabilidade de ser um bom aluno, quanto mais ele for um bom aluno, maior será sua possibilidade de aceder a uma educação melhor, mais diplomas ele obterá e mais ele será favorecido [...]. (DUBET, 2004, p. 4)

Entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo chegou a 20,4%, sendo 11,7% para os idosos brancos e 30,7% para os idosos pretos ou pardos. Em média, a população do país tinha 8,0 anos de estudo e as menores médias regionais eram do Norte (7,4 anos) e do Nordeste (6,7 anos). Em 2016, a educação profissional era realizada por 842 mil estudantes de graduação tecnológica, 2,1 milhões em cursos técnico de nível médio e 568 mil pessoas estavam frequentando algum curso de qualificação profissional. No Brasil, 24,8 milhões de pessoas de 14 a 29 anos não frequentavam escola e não haviam passado por todo ciclo educacional até a conclusão do ensino superior. Desse grupo, 52,3% eram homens e mais da metade deles declararam não estar estudando por conta do trabalho, além de 24,1% não terem interesse em continuar os estudos. Entre as mulheres, 30,5% não estudavam por conta de trabalho, 26,1% por causa de afazeres domésticos ou do cuidado de pessoas e 14,9% por não terem interesse.

O Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%). No Brasil, em 2016, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,2% (11,8 milhões de analfabetos). Na faixa de 60 anos ou mais de idade, a taxa atingiu 20,4%. A região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%), quase quatro vezes maior do que as taxas do Sudeste (3,8%) e do Sul (3,6%). Já na região Norte, essa taxa foi de 8,5% e no Centro-Oeste foi 5,7%. A meta 9 do Plano Nacional de Educação para 2015, que previa a redução desse indicador para 6,5%, só foi alcançada para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A taxa de analfabetismo para os homens com 15 anos ou mais de idade foi de 7,4% e para as mulheres 7,0%. Entre as pessoas de cor preta ou parda (9,9%) a taxa foi mais que o dobro das pessoas de cor branca, (4,2%). Entre os idosos de 60 anos ou mais, essa taxa foi de 11,7% para a população branca e 30,7% para os pretos e pardos.

Os negros são, certamente, vítimas da desigualdade educacional, e a raiz de sua exploração não está ligada à educação, mas a um sistema de privilégio e poder econômico em que a distinção racial possui um papel importante" (...) A desigualdade entre gêneros persiste apesar do fato de que as mulheres alcançam um nível de escolaridade (medido em anos) equivalente ao dos homens" (Bowles; Gintis, apud Brooke e Soares, p. 98).

Nestes termos, trabalhamos com a hipótese de entender a constituição e operação da escola com instrumentos capazes de interferir e alterar esses dados positivamente referentes à educação (acesso, permanência e qualidade do ensino) no nordeste e, especificamente, no Maranhão, cujas mudanças

atinjam não apenas os números, mas que promovam transformações efetivas no conjunto da sociedade. Daí, os desafios que pautam tanto o modelo pedagógico quanto o gestor colocado em execução no estado do Maranhão, cujas bases do IEMA se assentam na pedagogia da presença, esta fundamentada em quatro pilares fundamentais: 1) protagonismo (o estudante é envolvido como parte da solução e não tratado como problema); 2) os quatro fundamentos da educação (meios de desenvolvimento das competências dos estudantes através do aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer); 3) Pedagogia da presença (referência de todas as práticas educativas de todos os educadores); 4) educação interdimensional (consideração das dimensões da corporeidade, do espírito e da emoção na formação humana e não apenas cognitiva, o que implica em inovações em conteúdo, método e gestão).

Conclusões

Diante desse contexto desafiador, os dados colhidos nestes dois primeiros anos nos parecem expressivos na medida em que atingem pontos essenciais do processo de democratização do ensino e da aprendizagem cujos parâmetros fundamentais emergem a partir do alcance de suas unidades: são 20 unidades e 50 polos municipais, oferecendo 20 cursos técnicos e 55 cursos de formação inicial e continuada, alcançando 1.350 estudantes no ensino médio técnico de tempo integral e 13,5 mil pessoas beneficiadas com qualificação profissional. Nestes dois anos, os indicadores apontaram para 98% de frequência escolar, 95% de aprovação e somente 2% de evasão. (IEMA, 2018). Em pesquisa realizada pelo próprio IEMA, 72% dos estudantes e pessoas beneficiadas por meio dos cursos avaliaram os cursos ofertados com notas 9 e 10. Tais índices e aprovação da comunidade envolvida já colocam a instituição, mesmo tendo apenas dois anos de implantação, como uma das referências para a educação do estado do Maranhão.

Referências

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (org). Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DUBET, François. O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

IEMA. Diretrizes Operacionais. São Luís: Iema, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

A <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?&t=o-que-e>

LAHIRE, Bernard. Sucesso Escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 1997.